

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



**DIAS, José Sebastião da Silva** (Arcos de Valdevez, 1916 - Lisboa, 1994)

Pode dizer-se que J. S. da Silva Dias é um dos historiadores mais importantes do século XX, sobretudo ao nível universitário, num tempo em que a historiografia e o ensino da História passaram por situações pouco interessantes. Salientava-se um espartilho institucional por pressão do Estado Novo, mas também a persistência de uma historiografia factual e “narrativista” (normalmente classificada, de forma simplista e ambígua, de “positivista”) de tipo “académico”, que não procurava integrar os eventos históricos na complexa realidade económica, social, política e cultural, nem interpretá-los com o apoio dos novos conceitos provindos das ciências sociais. Afirmava-se também uma historiografia directa ou indirectamente ideológica, de “situação” ou de “oposição”, uma autocensura que afastava a história universitária de certas áreas (por exemplo, a história social, na sua perspectiva global) e de períodos mais actuais (desde o liberalismo aos estados autoritário/totalitários e às democracias modernas). Basta dizer que o estudante de História de uma Universidade portuguesa normalmente não aprendia história para além do século XVII, quando muito do século XVIII. Silva Dias rompeu com estas barreiras, ainda que com as dificuldades e as contradições inerentes a quem pretende *mudar* partindo do “sistema”.

O seu lugar de nascimento (em Arcos de Valdevez, no dia 9 de Fevereiro de 1916), as suas origens e a sua formação inserem-se, porém, na ordem tradicional e, curiosamente, toda a sua vida de estudante, de historiador e de professor universitário de História (e de Filosofia) desenvolve-se mais lentamente do que desejava e mesmo de forma, por assim dizer, “adiada”. Filho de um médico veterinário, António Cândido Machado da Silva Dias, e proveniente, pelo lado da mãe, Angelina Maria de Araújo Dias, de uma família fidalga, da Casa de Amiosa, em Valadares do Minho (de acordo com os dados autobiográficos que escreveu no seu *Curriculum Vitae*, de 1969), depois da instrução primária, iniciada tardiamente na sua terra natal, só prosseguiu os seus estudos “a caminho dos 16 anos”. No entanto, como em três anos completou o ensino liceal, matriculou-se em Direito, em 1934, com a idade normal de um estudante que ingressava na Universidade, ou seja, 18 anos.

Terminou o curso em 29 de Junho de 1941 com uma dissertação intitulada *Da letra em branco*. A sua vida de estudante é já reveladora da sua ideologia inicial e até de traços da sua idiossincrasia. Foi militante católico no Centro Académico de Democracia Cristã (CADC), de que foi presidente em 1939-1940 e 1940-1941, e colaborador e director da sua revista, *Estudos*. Mas também colaborou no jornal da Academia de Coimbra, *Via Latina*, por vezes de um modo polémico (“violento e impetuoso”, como veio a dizer o



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

monárquico Henrique Barrilero Ruas em 1946, numa polémica com Henrique Beirão – ver *Carta-Aberta de Henrique Barrilero Ruas a Henrique Beirão*, Coimbra, 1946, p. 23), como quando, em 30 de Abril de 1941, atacou a *História de Portugal* de António Sérgio. Mas onde também considerou o marxismo (como o procurava defender Barrilero Ruas) “uma atitude tão lícita como qualquer outra”, julgando, no entanto, inadmissível a “mistificação dos factos e das ideias” a que poderia conduzir. Parece, assim, que Silva Dias, ainda jovem, já tendia para uma crítica a uma “história ensaística”, onde surgiam prejuízos teóricos, afastada da metodologia de análise dos documentos, análise essa que constituiria, para ele, o fundamento da História. A *História da Cultura*, de António José Saraiva era também por ele criticada em conversas com os seus discípulos, devido a esses “defeitos”.

Seguiu um pensamento católico, que o levou a publicar páginas de Jaime Balmes e de Ramiro Maeztu, a sublinhar a importância da filosofia neo-tomista de Jacques Maritain, a defender ideias políticas tendo sempre como base as concepções cristãs (ver, nomeadamente, *Estudos Políticos*, Coimbra, 1948), a escrever no jornal *Novidades*, ou a participar em vários encontros católicos, como o Congresso Mariano de Évora de 1946 (16 a 18 de Outubro), de que foi um dos relatores. Manteve-se essencialmente católico, embora com uma viragem para o catolicismo progressista, participando, durante o marcelismo, em encontros na Torre da Marca promovidos pelo recém-chegado bispo do Porto exilado durante o salazarismo, António Ferreira Gomes, e, por exemplo, escrevendo no diário *O Jornal* (14 de Março de 1980) o artigo “Ser cristão e ser de esquerda”. Todavia, a sua tendência aproximava-se, à medida que o tempo passava, de uma ideologia laica de tipo socialista democrático e até de um certo cepticismo adequado às suas características temperamentais. Em qualquer contexto ideológico ou profissional, sempre se envolveu, pois, numa atitude (por vezes saudavelmente) polémica. Ela é evidente em muitos dos seus escritos da juventude e da maturidade, quer em periódicos, como no artigo “Toque de clarim” (in *Acção. Semanário da Vida Portuguesa*, Lisboa, 4 de Setembro de 1941), ou no livro *Escândalo da Verdade* (Leiria, 1943), ou na discussão sobre a Europa no final da guerra (*O problema da Europa*, Lisboa, 1945) com Abel Salazar, autor de um complexo livro intitulado *A crise da Europa* (Lisboa, 1945), ou nos debates sobre o ensino e a Universidade no tempo do marcelismo (neste caso com ligações a Miller Guerra, da “ala liberal”, que também, nos seus tempos de juventude, fora membro do CADC) e depois do 25 de Abril de 1974. No entanto, por vezes as polémicas tiveram também um carácter pessoal. Silva Dias manifestava um temperamento que oscilava entre uma atitude “catedrática”, que o levou a alguma críspação em relação a discípulos, pares e outros cientistas — como agora fica claro (talvez demasiado claro) nas (in)confidências de Rómulo de Carvalho publicadas postumamente (*Memórias*, Lisboa, 2010, pp. 245-257) — e uma posição aberta a novas perspectivas universitárias e científicas, que lhe granjeou uma grande consideração mesmo entre aqueles que nem sempre tiveram com ele relações isentas de atritos.

O currículo de historiador surgiu, portanto, tardiamente, antecipando-se-lhe, após uma experiência efémera de advogado na sua minhota terra-natal, o do serviço público, em Lisboa. Aqui ocupou lugares tão diferentes como os de Assistente dos Serviços de Acção Social, do Instituto Nacional de Trabalho e Previdência, de 1942 a 1946, função que o dinamizou para o estudo de questões sociais e fez com que participasse do grupo fundador do jornal *O Trabalhador* (no qual Abel Varzim escreveu artigos de crítica à



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

“situação”, que o levou ao exílio na freguesia do Minho onde nasceu, Cristelo, no concelho de Barcelos e diocese de Braga); Secretário do Tribunal de Execução de Penas (de 1949 — ano em que foi reintegrado no serviço público — até 1953); Inspector da Polícia Judiciária (de 1953 a 1956); director do Instituto de Assistência a Menores, em 1956, sendo ainda nesse ano nomeado Provedor da Casa Pia de Lisboa.

Pouco tempo esteve, porém, nesse cargo, pois a reforma dos cursos das Faculdades de Letras e a introdução de novas cadeiras curriculares (decreto n.º 41.341, de 30 de Outubro de 1957) iriam levá-lo de novo para Coimbra e para a Universidade onde se havia formado em Direito. Para isso concorreu o trabalho de pesquisa nos arquivos e bibliotecas e a consequente publicação pela revista *Biblos*, da Faculdade de Letras de Coimbra, em 1952, do seu primeiro trabalho propriamente historiográfico, longo como muitos dos que viria a editar: *Portugal e a Cultura Europeia. Sécs. XVI a XVIII* (1952 e 2006). O Conselho Escolar da Faculdade de Letras, em Novembro de 1958, convidou-o a vir reger a cadeira de História da Cultura Portuguesa, criada pela referida reforma de 1957, à qual se seguiram as disciplinas de História da Cultura Moderna e de História da Filosofia em Portugal (esta do grupo de Filosofia). Assim, Silva Dias, com 36 anos, iniciava-se verdadeiramente como historiador, e com 42 como professor universitário de História (e de História da Filosofia), embora as suas cadeiras de História da Cultura fizessem parte das chamadas “disciplinas não agrupadas”. Na verdade, surgia fora do contexto de uma carreira universitária comum, que normalmente se iniciava como segundo assistente e com as subseqüentes provas de doutoramento. E afinal iria suceder a um dos maiores mestres da Faculdade de Letras, Joaquim de Carvalho, que entretanto falecera, em 27 de Outubro de 1958. Em congregação de 5 de Maio de 1961, o Conselho Escolar da Faculdade de Letras concede-lhe o grau de doutor em Filosofia, cujas insígnias viria a receber solenemente, de acordo com o cerimonial conimbricense, em 20 de Março de 1966. Em 1969 presta provas para professor agregado e no ano seguinte toma posse do lugar de professor catedrático. A sua actividade não se limitou, contudo, a ensinar e a investigar. Exerceu sobre os estudantes um grande fascínio que tanto se caracterizava pelo respeito em relação à sua grande exigência, como pelo gosto de alguns por percorrerem caminhos nunca trilhados nos cursos que frequentavam, nomeadamente no curso de História.

Tendo sido criado em 1961 o que foi chamado Seminário de Cultura Portuguesa, que dirigiu, propôs-se orientar o seminário da licenciatura do 5.º ano sobre a temática do Liberalismo e da Contra-Revolução, podendo dizer-se que este seminário de 1964-1965 (precedido de uma experiência de pré-seminário no ano anterior) constitui uma das suas experiências pedagógicas mais marcantes. Pela primeira vez se ensinava e se aprendia nos cursos de História, de forma metódica, o século XIX. Daí terem vindo a publicar-se anos mais tarde, exactamente no âmbito do Seminário de Cultura Portuguesa e do projecto de investigação sobre “História das Ideias em Portugal nos séculos XVIII e XIX”, subsidiado pelo então Instituto de Alta Cultura (IAC), teses de licenciatura sobre essa temática, de alguns discípulos de História, mas também de Filosofia. Com efeito, a sua formação filosófica e o facto de as cadeiras de História da Cultura Moderna e de História da Cultura Portuguesa que leccionava não se integrarem propriamente num curso definido, mas serem abertas a cursos de História, Filosofia e Filologia Românica, fez com que atraísse também alunos de Filosofia (e mesmo de estudos literários e linguísticos), que, a par de licenciados em História, constituíram os primeiros dos seus discípulos.



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Envolvendo-se, como era natural, nas polémicas políticas e universitárias do pós-25 de Abril, veio a ser, por breve tempo, presidente da Comissão de Gestão da Faculdade de Letras de Coimbra (1974-1975). Por essa altura funda o Instituto de História e Teoria das Ideias e coordena o então criado Centro de História da Sociedade e da Cultura (1976), ligado ao Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC), que sucedeu ao IAC. Só então as cadeiras de História da Cultura e os referidos Instituto e Centro, que ainda hoje existem, este ligado agora à Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), passaram para o grupo de História. Em 1977 funda a *Revista de História das Ideias*, que se publica, pois, há mais de 30 anos e que lhe dedicou dois volumes de homenagem (vols. 8 e 9, 1986 e 1987). Em 1979 foi convidado para exercer funções docentes na Universidade Nova de Lisboa, tendo sido presidente da comissão instaladora da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Novo centro de investigação foi então criado, o Centro de História da Cultura, com alguns docentes de Coimbra que o acompanharam e que se integraram na docência da nova Universidade, para além de outros que se lhe vieram a juntar. Surgiu então outra revista sob a sua direcção, intitulada *Cultura, História e Filosofia*, que também lhe dedicou um volume de homenagem (vol. V, 1986). Desta forma, Silva Dias criou, por assim dizer uma “escola”, que se cindiu em duas, uma em Coimbra e outra em Lisboa.

Após mais alguns anos de ensino e pesquisa, por vezes com algumas polémicas internas, sobretudo relativamente à organização dos cursos, jubilou-se em 9 de Fevereiro de 1986. Em 28 de Junho foi-lhe concedida a grã-cruz da Ordem da Instrução Pública. Não deixou de continuar a trabalhar na pesquisa, mas pouco mais publicou, sobretudo pelos desgostos familiares que acompanharam o fim da sua vida, que terminou em 23 de Novembro de 1994. Sua esposa, a investigadora Graça Silva Dias, que o acompanhou no seu trabalho e com ele colaborou directamente em algumas obras, veio a falecer em Dezembro de 2006. O Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, que continua a existir, embora sem carácter institucional, a título póstumo prestou-lhe uma homenagem, atribuindo à sala onde se encontra instalado o nome de “Sala Silva Dias”. O núcleo principal da sua biblioteca privada foi adquirido em 2004, por um preço simbólico, pela Faculdade de Letras de Coimbra, onde se encontra armazenado e à espera de um lugar que dignifique o mestre e bibliófilo que a constituiu.

A obra publicada por J. S. da Silva Dias é extensa. Pode ser consultada a bibliografia completa, até 1986, num dos volumes citados (vol. 8) que, como se disse, a *Revista de História das Ideias* lhe dedicou, sobre o tema “O Sagrado e o Profano”, escolhido por se considerar adaptado a uma das preocupações basilares que Silva Dias demonstrou, no domínio da concepção filosófica e da prática historiográfica. As obras publicadas são sobretudo referentes à Época Moderna. Entre os seus muitos artigos historiográficos, podem destacar-se os estudos sobre o pombalismo e alguns referentes já à época liberal. Colaborou ainda com vários artigos no *Dicionário de Literatura Portuguesa, Galega e Brasileira*, dirigido por Jacinto Prado Coelho (Porto, 1957-1960, e 1969), e no incompleto *Grande Dicionário de Literatura Portuguesa e Teoria Literária*, dirigido por João José Cochofel (Lisboa, 1972). Escreveu mais de 30 resenhas a livros portugueses e estrangeiros, actividade que demonstra também o sentido crítico de Silva Dias. Sobre a Universidade e o ensino, para além dos artigos de história das instituições, escreveu, como se sugeriu, vários artigos de intervenção, de que se referem, como exemplo, os seguintes: “A reforma da Universidade



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

e os seus problemas” (*Brotéria*, vol. 93, 1971), “A reforma do sistema educativo” (*Expresso*, 31 de Março de 1973), “A reforma e as reformas na Universidade” (*Diário de Lisboa*, 2 de Julho de 1974), “Políticas de educação” (*A Capital*, 3 de Dezembro de 1974), “A Universidade de ontem e de hoje. O poder da rotina contra o poder da lucidez” (*Critério*, n.º 7, Outubro de 1976), “A Universidade que temos, a Universidade que queremos” e “Uma Universidade competente, uma Universidade eficiente” (*Expresso*, respectivamente, 3 e 9 Setembro de 1976), “I. Que ensino superior? Universidade e cultura. Regime de austeridade, mas não de pobreza” e “II. Que ensino superior? Democracia na Universidade: em defesa do diálogo e da participação” (*Portugal Hoje*, 26 e 27 de Maio de 1981), “Da carreira universitária à carreira da Universidade” (*O Jornal*, 28 de Maio de 1981) e “Uma Universidade para o Portugal de hoje” (*Diário de Notícias*, 17 de Junho de 1981).

Não se deve, porém, restringir a actividade de Silva Dias ao que escreveu, mas, como se disse, deve salientar-se também a acção significativa respeitante a orientação de teses, podendo dizer-se que é nesta área que sobressai o seu trabalho de historiador e professor de História Contemporânea, que foi um dos pontos relevantes que marcou o seu currículo. Se se quiser caracterizar de forma mais explícita as linhas de força da sua historiografia e da sua teoria da História, poder-se-á dizer que Silva Dias, virado sobretudo para a história das ideias, não se enquadra em nenhuma escola específica. O que se deve afirmar é que procurou abrir-se a todo o tipo de historiografia que procurasse ser ao mesmo tempo baseada em documentação, feita de rigor e interpretativa (com uma lógica de “problemática aberta”). Assim, num tempo marcado (por vezes como uma “moda”) pelo marxismo e pela influência da “escola francesa” dos *Annales* e da “História Nova”, apesar de nunca desprezar qualquer dessas linhas, não se deixou, no entanto, encandear por elas, manifestando, todavia, uma oposição enérgica contra as interpretações marxistas sistémicas, o que se evidencia na sua reflexão sobre o liberalismo, em que se opõe a leituras de historiadores que fizeram o seu percurso fora da Universidade (ou nela entraram já depois do 25 de Abril), onde era evidente — como sucedeu com Victor de Sá, Fernando Piteira Santos ou Armando de Castro — a força das concepções da escola de Marx. Acima de tudo, o que desejou é que os seus discípulos conhecessem criticamente a historiografia que se ia publicando — daí o desafio à leitura crítica das obras e a notável biblioteca que constituiu no Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra — e que fizessem uma história objectiva, independentemente das influências que pudessem manifestar.

Pode daí depreender-se que a sua própria historiografia não revele algumas influências ideológicas? Não se pode dizer isso. Exprimindo-se através de uma escrita e de uma palavra por vezes nada fácil de interpretar (sobretudo em “aulas magistrais”, como o próprio dizia, mas não nos seus seminários de orientação, onde simplesmente procurava semear o conhecimento que cada um ia descobrindo), não deixou de nele se ressentir a sua visão de universidade situada entre uma lógica de competência e uma lógica de intervenção, as suas tensões religiosas que vieram de um cristianismo neo-tomista e social que depois se virou para um catolicismo social e progressista, e mesmo a sua viragem no sentido de uma concepção política de democracia social. Mas a presença da ideologia surge mais como um sentido cultural do que “partidário”, pois nenhum historiador se pode libertar da ideologia como forma de Cultura. E essa

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Cultura foi sempre a ideia perseguida, por vezes contraditoriamente ou de forma aparentemente contraditória, por Silva Dias. Nunca conseguiu deixar de interpretar a História como uma Ciência que suponha uma formação cultural complexa, como não deixou de pensar a Universidade como um espaço de comunicação, baseado na Ciência mas também, num sentido muito amplo, na Cultura.

**Bibliografia activa:** *Portugal e a Cultura Europeia*, Coimbra, Biblos, 1952, e Porto, Campo das Letras, 2006; *Correntes do sentimento religioso em Portugal (Séculos XVI-XVIII)*, tomo I com 2 volumes, Coimbra, Instituto de Estudos Filosóficos, 1960; *A política cultural da época de D. João III*, Coimbra, Instituto de Estudos Filosóficos, 1969; *Braga e a cultura portuguesa do Renascimento*, Coimbra, Seminário de Cultura Portuguesa, 1972; *Os Descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*, Coimbra, Seminário de Cultura Portuguesa, 1973, e Lisboa, Presença, 1982; *Individualismo e racionalismo em Portugal (1840-1870)*, Coimbra, Seminário de Cultura Portuguesa, 1973; *Os primórdios da Maçonaria em Portugal*, tomos I e II, em 4 volumes, Lisboa, INIC, 1980, com a colaboração de Graça Silva Dias; “Avanço cultural e avanço maçónico, na segunda metade do século XVIII”, *Revista de História das Ideias*, vol 1, 1977, pp. 395-417; “O vintismo: realidades e estrangulamentos políticos”, *Análise Social*, 16, 61/62, 1980, pp. 273-278; “A revolução liberal portuguesa: amálgama e não substituição de classes”, in Miriam Halpern Pereira (coord.), *O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*, vol. I, pp. 21-25; *Camões no Portugal de quinhentos*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesas, 1981; “Pombalismo e teoria política” e “Pombalismo e projecto político”, *Cultura, História e Filosofia*, vol. I, 1982, pp. 45-114, vol. II, 1983, pp. 185-318, e III, 1984, pp. 27-151.

**Bibliografia passiva:** “Nota de Apresentação” (Luís Reis Torgal e Maria Manuela Tavares Ribeiro [e Maria do Rosário Azenha], “Para uma biobibliografia de J. S. da Silva Dias”, *Revista de História das Ideias*, “O Sagrado e o Profano”, Homenagem a J. S. da Silva Dias, vol. 8, 1986, respectivamente, pp. 7-9 e 11-23; “Palavras de Abertura” (João Francisco de Almeida Policarpo) e “Bibliografia de José Sebastião da Silva Dias”, *Cultura, História e Filosofia*, vol. V, “Homenagem ao Prof. J. S. da Silva Dias”, respectivamente, pp. XI-XVI e 17-26; Luís Reis Torgal, “In Memoriam Professor José Sebastião da Silva Dias”, *Revista de História das Ideias*, vol. 16, 1994, p. 577-580.

Luís Reis Torgal



APOIOS:

